

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1464 | 18/02/2019 a 24/02/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

GOVERNO
DO ESTADO DO PARANÁ

MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÕES EM PROL DO CAMPO

Governo assina regulamentações que contribuem
para o desenvolvimento do agronegócio estadual

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Chegamos ao fim de uma semana intensa de desafios e com muito a comemorar. Mesmo tendo andado por um terreno pedregoso, que proporcionou alguns tropeços ao agronegócio – sobretudo no plano nacional –, graças à mobilização de cada elo da corrente conseguimos chegar em pé e vitoriosos até aqui.

No plano estadual, uma série de novas resoluções garante que possamos continuar trabalhando com competitividade. Com uma contribuição direta da FAEP, as novas normas dão segurança jurídica a quem produz, investe, gera empregos e mantém o Paraná nos trilhos do desenvolvimento.

No âmbito nacional, o anúncio do fim da tarifa antidumping no leite provocou uma reação imediata do setor. A FAEP mais uma vez saiu na frente, municiou parlamentares com informações técnicas mostrando o impacto que essa medida traria caso não fosse revertida. O saldo é que houve um aumento de imposto para compensar o fim do antidumping e os bovinocultores de leite podem seguir em frente.

Mas a caminhada continua e sabemos que o caminho sempre nos reserva surpresas. Especulações sobre o possível fim de benefícios fundamentais à viabilidade do campo continuam na pauta do dia. É preciso manter atenção total em todas as esferas do poder público e foco na mobilização rápida, que se faz com um sistema sindical robusto e eficaz.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - Fecomércio e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei, Fernando Santos e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1464:

Fernando Santos, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



MEIO AMBIENTE

Governo estadual assina resoluções fundamentais para a segurança jurídica na produção agropecuária

PÁG. 4

SILVICULTURA

Com contribuição direta da FAEP, Paraná passa a ter marco regulatório para as florestas plantadas

Pág. 3

HORTIFRUTIS

Programa com apoio do SENAR-PR organiza cadeia produtiva da microrregião do Vale do Iguaçu

Pág. 8

NOVIDADE NO AR

Curso de Operação de Drones do SENAR-PR abre novos horizontes a produtores rurais paranaenses

Pág. 12

ERVA-MATE

Cursos do SENAR-PR incentivam organização e diversificação da atividade

Pág. 16

SEARA AGROINDUSTRIAL

Após aprovação de Plano de Recuperação Judicial, produtores devem começar a receber créditos

Pág. 20

Paraná passa a contar com Plano Estadual de Florestas Plantadas

Com contribuição da FAEP, lei determina que função administrativa denominada “Autoridade de Florestas Plantadas” fique a cargo da Seab



Assista ao vídeo e ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

O Paraná, maior produtor de madeira plantada do Brasil, passa a partir de agora a contar com o Plano Estadual de Florestas Plantadas. Para sua elaboração, o instrumento teve a contribuição decisiva da FAEP e de outras entidades públicas e privadas, coordenadas pelo Instituto Emater. O novo marco legal institui atribuições e define conceitos e ações que vão possibilitar a participação de todos os envolvidos na cadeia produtiva no desenvolvimento do setor no Estado. A Lei 19.810/2019 foi instituída pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e passa a valer desde sua publicação no Diário Oficial, no dia 24 de janeiro de 2019.

“Esta é uma conquista para o agronegócio paranaense. O Estado tem na produção de madeira plantada uma fonte que gera R\$ 3,7 bilhões de valor de produção e milhares de empregos, abastecendo tanto ao mercado interno quanto a outros países por meio das exportações. Esta lei vai estimular a produção e o desenvolvimento florestal regional, além de fornecer apoio às empresas e indústrias de todos os setores envolvidos na cadeia produtiva”, aponta o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Uma das mudanças principais promovidas pela lei é o fato de que volta a ser atribuição da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab) a função administrativa denominada “Autoridade de Florestas Plantadas”, o que até a aprovação dessa nova regra cabia ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A partir de agora, cabe a Seab exercer as funções de controle, monitoramento e fomento. Também é função da pasta apoiar atividades e atuar em cooperação com os órgãos estaduais de pesquisa agropecuária e de extensão rural.

Além disso, por meio do chamado Conselho Estadual de Florestas Plantadas, será viabilizada a participação das entidades representativas, o que deverá ser revertido em benefícios à cadeia produtiva florestal. Nessa mesma direção, haverá um cadastro único de produtores e consumidores de matéria prima florestal, com a intenção de reduzir a burocracia e facilitar o controle.

Responsabilidades

De acordo com a nova lei, a Autoridade de Florestas Plantadas estimulará o cultivo florestal, decorrente de florestas plantadas, restauração florestal, reposição florestal ou talhadia (desbaste). Isso deve ser feito por meio de programas de desenvolvimento do setor e apoio ao livre exercício desta atividade econômica, respeitada a legislação vigente, bem como a garantia de sua utilização. A Autoridade de Florestas Plantadas ficará responsável também por manter o controle estatístico e informativo da disponibilidade, consumo, preços e plantio econômico de florestas, bem como produtos florestais, madeireiros e não madeireiros, em suas várias formas e fases, divulgando anualmente estas informações.



Governo publica resoluções importantes para o agro paranaense

Regulamentações são fundamentais para o desenvolvimento de diversas atividades rurais e contaram com contribuição da FAEP



O presidente da Ocepar, Roberto Ricken, o presidente da Fetranspar, Sérgio Malucelli, o secretário Márcio Nunes, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette e o presidente da Associação Comercial do Paraná, Gláucio Geara

Na mesma solenidade de nomeação do novo secretário de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Márcio Nunes, e presidentes das autarquias vinculadas à pasta (leia no quadro ao lado), cinco resoluções importantes para a continuidade do desenvolvimento e crescimento do agronegócio do Paraná foram assinadas (veja detalhes no quadro na próxima página). O conjunto de regulamentações substitui antigas portarias de 2018. A assinatura das resoluções aconteceu

durante solenidade no Palácio Iguaçu, em Curitiba, no dia 12 de fevereiro. A construção das propostas contou com contribuição direta da FAEP, que apon- tou, de formas técnica e jurídica, que a continuidade da suspensão teria im- pacto negativo para o setor no Paraná.

De uma forma geral, as regula- mentações são fundamentais para o agronegócio estadual, e se fazem ne- cessárias para dar segurança jurídica aos produtores rurais, que, a partir disso, podem continuar investindo no

desenvolvimento das atividades no campo.

“Essas resoluções têm respaldo nas legislações ambientais estadual e fede- ral vigentes. Temos certeza que elas se fazem necessárias para que o produtor rural continue trabalhando com segu- rança jurídica e, ainda, para que novos investimentos sejam feitos no campo, gerando renda, emprego e crescimen- to da economia do Paraná”, destaca o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, presente na assinatura dos termos.

“Tínhamos muito viés ideológico dentro de decisões técnicas. Precisamos e vamos trabalhar com questões técnicas, tanto referentes ao agronegócio como ao meio ambiente, pois temos que ser ágeis para garantir o desenvolvimento do Paraná de forma sustentável”, afirma o governador Carlos Massa Junior. “Vamos dar agilidade e simplificar os procedimentos, sempre com equilíbrio, para alavancar o desenvolvimento do Paraná. Precisamos de licenças seguras e robustas juridicamente, para criar um novo ciclo produtivo no Estado”, complementa Nunes.

Registro de Imóveis

A Resolução 004/2019 estabelece que o registro da Reserva Legal no Cadastro Ambiental Rural (CAR) desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis. Até então, os órgãos exigiam para os desmembramentos, remembramento ou qualquer mudança nas propriedades rurais a averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel e anuência do IAP.

Até então, a suspensão da Portaria travava todos os procedimen-

tos no registro de imóveis, já que se faz necessária uma norma que uniformize o entendimento no Estado. Ou seja, sem a reedição, os procedimentos de compra e venda de imóveis se tornariam bastante demorados.

“Essa resolução traz segurança na regulamentação junto aos cartórios. Do contrário, iria causar enormes transtornos e até questionamentos no âmbito da corregedoria em relação ao papel do registro de imóveis na averbação da Reserva Legal”, aponta Meneguette.

Confira os detalhes das cinco resoluções que foram reeditadas:

Resolução	Do que se trata	Impacto caso a regulamentação não fosse reeditada
003/2019	Determina procedimentos para compensação ambiental em supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica.	Suspensão dos procedimentos para compensação das áreas de exploração na Mata Atlântica, situação que atrapalhou por anos licenciamentos no Estado.
004/2019	Procedimentos cartorários de desmembramento e/ou unificação de propriedades rurais com Reserva Legal.	Morosidade nos procedimentos envolvendo os Cartórios de Registro de Imóveis, como compra e venda de propriedades.
006/2019	Autoriza o IAP a expedir certidão de procedimento que estão em trâmite na Instituição para fins de prorrogação do prazo.	Morosidade aos novos e processos já em tramite no órgão ambiental.
007/2019	Estabelece normas e critérios para licenciamento ambiental da atividade de aquicultura.	Prejuízo aos pequenos produtores e atividades de baixo impacto que serão submetidos a processos de licenciamento durante meses, até a conclusão.
008/2019	Estabelece critérios para que os procedimentos administrativos de licenciamento ambiental, autorização ambiental e outorga de recursos hídricos.	Resolução nova, que não substitui nenhuma portaria.

Apoio à aquicultura

A produção de pescados, em franco crescimento no Paraná, também foi atendida. A Resolução 008/2019 define as normas e critérios para o licenciamento ambiental da atividade aquícolas. A suspensão da portaria teria alto impacto nos produtores que quisessem investir na atividade, pois o processo de licenciamento poderia levar meses até a conclusão.

“Hoje, o Paraná é líder nacional na produção de peixes, acima da marca de 100 mil toneladas ano. E esse montante irá crescer muito nas próximas temporadas, pois inúmeros investimentos milionários, por parte de produtores, empresas e cooperativas, estão sendo

realizados em diversas regiões do Estado. Essa portaria permite que a produção estadual continue em crescimento acelerado”, diz o presidente da FAEP, lembrando que a entidade coordena o grupo de trabalho que elaborou a proposta de inclusão do financiamento da piscicultura no Plano Agrícola Pecuário (PAP), considerando que a atividade tem um alto custo.

Ainda, a portaria equipara a aquicultura com a atividade agrossilvipastoril, fazendo com que os pecuaristas tenham os benefícios de áreas consolidadas do código florestal.

Licenciamento ambiental

A Resolução 008/2019 abre a

possibilidade das vistorias de licenciamento ambiental, antes apenas a cargo dos técnicos do IAP, serem realizadas por profissionais autônomos cadastrados e capacitados pelo Instituto em parceria com instituições de classe, federações e associações. Essa medida irá agilizar, de forma significativa, o processo no Estado, além de viabilizar novos investimentos.

“Hoje temos mais de 1,2 mil granjas e aves e suínos esperando por uma licença ambiental. Não podemos demorar tanto para dar licença. Precisamos ser ágeis, para viabilizar o desenvolvimento do Estado de forma sustentável”, destaca o governador Carlos Massa Junior.

Governador nomeia novas autoridades

O governador Carlos Massa Junior deu posse ao secretário de Desenvolvimento Sustentável e Turismo e aos presidentes das autarquias vinculadas a pasta. Márcio Nunes assumiu a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Turismo. Nunes é o autor da lei que renovou a Tarifa Rural Noturna, que prevê 60% de desconto na energia elétrica entre as 21h30min até as 6 horas do dia seguinte.

Ainda, Everton Souza tomou posse como presidente do Instituto Água e Terra. O novo órgão é resultado da fusão do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITGC) e Instituto das Águas do Paraná.

“São três entidades com mais de 50 anos que reúnem profissionais com alto nível técnico, que estão prontos para enfrentar os novos desafios. Vamos trabalhar com a gestão territorial do Estado, dando dignidade aos produtores, atacando

um dos maiores problemas, a erosão, e garantir que os licenciamentos de uso de águas sejam seguros”, ressalta Souza.

O governador ainda nomeou Eduardo Alven Leite como presidente do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar), Eduardo Bekin na presidência da Agência Paraná Desenvolvimento (APD) e João Jacob Mehl no cargo de presidente do Paraná Turismo (PRTUR).



Aumento de imposto compensa fim da tarifa antidumping



Assim que a medida foi anunciada, FAEP emitiu nota técnica sobre impactos nocivos que o fim da cobrança traria



A pecuária leiteira viveu momentos de incertezas ao longo das duas últimas semanas e viu a estabilidade do mercado interno ser colocada em risco. No dia 7 de fevereiro, o governo federal anunciou o fim da tarifa antidumping cobrada sobre a importação de leite da União Europeia (UE) e da Nova Zelândia. Após reação do setor produtivo, o governo federal instituiu uma compensação: aumentou o imposto sobre a importação do leite em pó, integral e desnatado da UE.

A nova alíquota de importação seria anunciada nos próximos dias pelo governo federal (o que não ocorreu até o fim desta edição). A expectativa é de que a taxa aumentasse de 28% para 42,8% - o que neutralizaria os efeitos da extinção da tarifa antidumping. "Com isso, nós acreditamos que o assunto esteja equacionado e temos agora acompanhar diuturnamente para ver o que acontece para frente", disse o presidente da comissão de bovinocultura de leite da FAEP, Ronei Volpi.

A ampliação do imposto de importação como forma de compensação pelo fim da tarifa antidumping só foi definida após pressão do setor produtivo. Assim que o governo federal anunciou que acabaria com a taxa, a FAEP emitiu uma nota técnica, apontando os impactos que o fim da cobrança da medida antidumping traria à pecuária leiteira de todo o país.

"Isso [o fim da taxa antidumping] criou um desconforto

enorme no setor leiteiro e uma reação imediata das instituições, como FAEP, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), enfim, de todas as entidades do setor", observou Volpi. "Nós não devemos, como produtores do setor de leite, ter medo da concorrência leal, igual. Mas não podemos concorrer com o tesouro europeu, que subsidia as exportações de leite em pó", acrescentou.

Reação

Após a manifestação da FAEP e atuação da CNA, deputados federais reagiram e cobraram do governo federal explicações e medidas que protegessem o setor produtivo. Um desses parlamentares foi o deputado Pedro Lupion, coordenador de política agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Assim que recebeu a nota técnica da FAEP, ele protocolou requerimento, pedindo explicações sobre o fim da taxa antidumping ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Essa medida gerou uma insegurança imensa em todo o setor produtivo de leite, principalmente no Paraná e outros estados do Sul. A nota da FAEP refletiu as nossas preocupações, que foram expressas no requerimento", disse Lupion. "A nova decisão [que aumenta o imposto de importação, como forma de compensar o fim da taxa antidumping] é uma vitória da ministra Tereza Cristina, da FPA e de todos aqueles preocupados com o setor", acrescentou.

A taxa antidumping

Aplicadas desde 2001, as tarifas antidumping previam uma taxa de 14,8% sobre o leite em pó advindo da UE e de 3,9%, do proveniente da Nova Zelândia. As taxas eram cobradas como forma de equilibrar o mercado interno, porque os países europeus e a Nova Zelândia destinam uma série de subsídios aos seus produtores. Desta forma, o leite produzido nessas nações tem um custo de produção muito menor e, em razão disso, os pecuaristas leiteiros conseguem exportá-los a um preço mais baixo.

Programa aproxima hortifruti da mesa do consumidor



Com auxílio do SENAR-PR, projeto HF do Vale do Iguaçu organizou cadeia produtiva na microrregião e abriu mercado a produtores



Entre as hortaliças produzidas pelo programa estão as alfaces hidropônicas do produtor Fábio Bausanello

As alfaces hidropônicas chegam, todos os dias, fresquinhas às gôndolas do mercado, com o selo do programa Hortifruti (HF) do Vale do Iguaçu. Assim como os outros mais de cem olericultores que fazem parte do projeto, Fábio Bausanello, do município de Paula Freitas, no Sudeste do Paraná, negocia as hortaliças diretamente com os donos de supermercado. Em dois anos no projeto, a produção de Bausanello saltou de 500 para 3,5 mil pés por mês.

Agora, o produtor planeja dar um passo maior: construir uma nova estufa, para expandir ainda mais o negócio.

“Antes da criação do HF, era difícil de os produtores locais chegarmos até mercado. Quando chegávamos, os compradores faziam 1001 exigências, o que inviabilizava o negócio. O HF nos proporcionou uma abertura de mercado e reconhecimento. Agora, está bonito de se ver”, diz Bausanello.

O HF do Vale do Iguaçu deu seus primeiros passos em 2017, com o objetivo não só de abrir mercado, mas de organizar toda a cadeia produtiva da hortifruticultura da microrregião. Neste processo, a capacitação teve papel determinante, como forma de fomentar a adoção de práticas de excelência, que implicasse na garantia da qualidade dos produtos que levam o selo do programa.

Neste aspecto, o SENAR-PR teve atuação fundamental. Em 2017, logo no início, 177 famílias de produtores foram capacitadas e, sem seguida, 49 foram cadastradas para fazer parte do HF do Vale do Iguaçu. A capacitação continuou ao longo de 2018, com cursos de extensão rural. A previsão é de que 143 famílias estejam incluídas no programa ainda nos primeiros meses de 2019.

“Nós começamos a capacitação com 20 cursos simultâneos, trabalhando em oito municípios ao mesmo tempo. Trabalhamos, principalmente, com o [curso] HortiMais. Em 2019, vamos avançar na parte de gestão e com o [curso] ‘De olho na qualidade rural’”, aponta o supervisor regional do SENAR-PR Eduardo Figueiredo Mercado.

A partir da capacitação pela qual passou e de sua inclusão no HF, a hortifruticultura Juliana Dziurza, do município de Cruz Machado, pôde organizar sua produção de acordo com a demanda do mercado consumidor. Com isso, ampliou em 50% a plantação de alface, brócolis e verduras – o que fez com que ela incluísse nos trabalhos o marido e contratasse uma funcionária, para dar conta de manter a produção. Para Juliana, ter frequentado o HortiMais foi decisivo para organizar a atividade.

“A minha vida agora é outra. Antes, essa produção era uma atividade só minha. Agora, envolve mais gente e abrimos até uma vaga de trabalho. Está profissional. A hortifruticultura é, hoje, a segunda atividade mais rentável da propriedade”, disse Juliana, cuja família também atua na produção de leite.

Economia aquecida

Quem compra os produtos com o selo do HF do Vale do Iguaçu tem a certeza de que está levando para casa hortaliças de qualidade. Além da série de práticas de excelência adotadas nas culturas, os produtores são acompanhados de perto em todas as etapas da produção. Os níveis de agroquímicos usados, por exemplo, são controlados pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), enquanto a Regional de Saúde inspeciona a qualidade da água usada na produção.

Segundo o coordenador do comitê gestor do HF, o engenheiro agrônomo José Eustáquio Pereira, da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), ao capacitar os produtores e abrir mercado, o programa aqueceu a economia da microrregião e já implica em ganhos financeiros aos produtores.

“Estudos de instituições de ensino superior da região apontam que, em seis meses, a renda das famílias que fazem parte do programa saltou de 1,4 salário mínimo per



A produtora Juliana Dziurza ampliou sua produção em 50%

capita para dois salários mínimos per capita. Em pouco tempo, temos indicadores que atestam esse desenvolvimento social, o que é muito bom”, frisa.

O SENAR-PR teve participação direta na transformação do programa Hortifruti (HF) do Vale do Iguaçu desde a ideia inicial até os aspectos concretos de hoje. A capacitação dos agentes envolvidos com o processo de produção é realizada pela entidade paranaenses, por meio de cursos.

Produtos frescos

Os aspectos positivos não foram só observados por quem produz, mas também por quem revende as hortaliças. O empresário Solimar Haiduk – que também faz parte do comitê gestor do HF – relata que, depois que o programa começou a funcionar efetivamente, os supermercados têm conseguido levar a seus clientes produtos mais frescos e com melhor qualidade, comprando diretamente dos produtores do Vale do Iguaçu.

“Comprados no Ceasa, os produtos vêm com dois, três dias. Aqui, os produtores entregam para nós [os supermercados] no dia. É um produto mais fresco, melhor para o consumo. São produtos que a gente conhece e sabe que têm qualidade”, destacou Haiduk, dono do Supermercado Dukelli, em Porto União, Santa Catarina, na divisa com União da Vitória, no lado paranaense. “E mais: os clientes gostam de comprar, sabendo que foi produzido na região”, acrescenta.



Produtos do HF do Vale do Iguaçu levam o selo do programa

Tecnologia a favor

Para otimizar a logística de distribuição, empresários e produtores têm usado a tecnologia a seu favor. Por meio de aplicativos, como o WhatsApp, eles desenvolveram um sistema eficiente de fazer os pedidos e organizar as entregas. Tudo isso ajuda a garantir que os produtos sejam os mais frescos possíveis.

“Antes, o produtor não sabia quanto colhia, se o mercado iria absorver aquela produção ou não. Agora, a gente demanda a quantia certa. Ele colhe só o necessário e entrega na hora”, apontou Haiduk.

Isenção

Para incentivar a adesão de outros mercados, o HF do Vale do Iguaçu prevê incentivos fiscais. Em União da Vitória e em Porto União, já há leis que estabelecem descontos progressivos no IPTU às empresas que comprarem produtos fornecidos por hortifruticultores do programa. A intenção é, ao longo dos próximos anos, que outros municípios da região também adotem a prática.

Municípios que fazem parte do programa HF do Vale do Iguaçu:

Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São João do Triunfo, São Mateus do Sul e União da Vitória.

O homem dos feijões

Produtor de Palmeira produz 14 variedades diferentes do grão. Modelos de produção e gestão da propriedade contaram com ajuda do SENAR-PR

Branco, preto, amarelo, vermelho rajado. Quem ouve falar da lavoura do produtor Roberto Gurski, em Palmeira, nos Campos Gerais, pensa logo em um arco-íris, tamanha a variedade de cores dos feijões cultivados. São 14 tipos no total, que vão desde os mais tradicionais, como o carioca, até os mais incomuns, como o feijão arroz, as favas e outros grãos, todos cultivados no sistema orgânico de produção.

Tamanha variedade tem explicação. De acordo com o Gurski, a produção foi calculada de forma a atender às demandas de feiras e restaurantes na região e também da capital paranaense. Dentre os compradores da produção orgânica estão o restaurante Girassol, localizado em Palmeira, voltada para a culinária paranaense, e o Quintana Gastronomia, de Curitiba, espaço que tem como filosofia a alimentação equilibrada, ambientalmente correta e que valoriza os produtores locais de alimento.

“Além do feijão, entregamos farinha de milho e verduras. Vamos ajustando nossa produção de acordo com a demanda. Quando se produz em pequena propriedade tem que ajustar assim”, explica o produtor, que destina cerca de 2,5 hectares para produção dos feijões e outros 2,5 para abrigar estufas e áreas para produção de frutas e hortaliças.

Segundo o produtor, o caminho para chegar neste modelo de negócio contou com a ajuda do SENAR-PR. Os cursos o auxiliaram tanto na parte técnica, quanto na gestão da propriedade. “Fiz cursos de olericultura, frutas, morango, gestão da propriedade. Todos ajudaram bastante”, afirma. “Se no futuro tiver algum curso de feijão aqui por perto, pretendo fazer também”, adianta.

Gurski conta que a chave para obter tantos tipos diferentes de feijão foram as feiras de sementes, eventos bastante tradicionais onde produtores compram, vendem e trocam sementes de variados tipos. “Este ano, na região de

Palmeira, aconteceram três feiras, onde participaram gente de vários municípios e até de outros Estados”, conta.

Cultivar tantas variedades diferentes em um mesmo espaço não é algo que assuste o produtor. “O manejo varia um pouco de grão para grão. O [feijão do tipo] arroz e o azuki são mais complicados. O pé demora mais para produzir, não madura parelho, tem que arrancar deixar secar, mas também não é nada muito complicado”, afirma Gurski.



O produtor Roberto Gurski atende feiras e restaurantes da região de Palmeira



Drones a serviço do campo

SENAR-PR disponibiliza curso de Operação de Drones aos produtores rurais paranaenses



Assista ao vídeo da matéria no nosso site
sistemafaep.org.br

Uma das classes profissionais que mais busca se atualizar em relação aos avanços e novidades tecnológicas é a dos produtores rurais. Hoje, o trabalho no campo está altamente tecnificado e com uso do que há de mais avançado no mercado. Já faz muito tempo que a enxada deu lugar a equipamentos modernos que vêm transformando a atividade rural. Atento a estes avanços, o SENAR-PR disponibiliza, desde o início deste ano, o curso “Trabalhador na Agricultura de Precisão: Operação de Drones”, que tem como objetivo apresentar e colocar à disposição dos produtores do Estado todas as potencialidades, que não são poucas, destes equipamentos na atividade agrossilvipastoril.

As pequenas máquinas voadoras já estão presentes nos céus brasileiros há algum tempo, a maior parte destinada apenas para o lazer. Porém, muitas possibilidades voltadas à atividade rural ainda não eram desenvolvidas por falta de conhecimento técnico disponível para a classe produtora. Este fato muda com a chegada do novo curso do SENAR-PR.

Em 2018, foi realizada uma turma piloto, apenas com objetivo de validar o curso. Desta vez são seis instrutores que levarão a formação para todas as regiões do Estado. “Este curso está focado na legislação vigente, nas aplicações na agricultura e nas técnicas de pilotagem das aeronaves. Para despertar o interesse dos participantes, na

parte final do curso são apresentadas noções básicas de processamento digital de imagens”, adianta o técnico do SENAR-PR Neder Corso, responsável pelo curso.

O curso foi construído em parceria com a administração central do SENAR, em Brasília, que elaborou o material didático utilizado pelos participantes. “O objetivo do SENAR ao oferecer essa capacitação é mostrar que existe o drone como ferramenta para trabalhadores e os produtores rurais, para que conheçam essa tecnologia e verifiquem que é aplicável na sua atividade rural”, explica o assessor técnico da diretoria de promoção social e educação profissional do SENAR Nacional, Rafael da Costa.

Hoje, além do Paraná, este curso é oferecido em mais seis unidades da federação: Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.

De acordo com Costa, nem sempre as funcionalidades do equipamento são limitadas à atividade produtiva. “Em Goiás, estão usando o drone para monitoramento, dando apoio à Patrulha Rural e proporcionando mais segurança no campo”, exemplifica.

No Paraná, as primeiras turmas já estão agendadas. Segundo um dos instrutores do curso, Rafael Andrzejewski, a procura vem sendo grande. “Uma das portas de entrada deste interesse foi o próprio evento do Programa Empreendedor Rural (realizado em dezembro de 2018, na Região



Alguns usos do drone na atividade rural:

- Mapeamento e georreferenciamento da área
- Identificação de áreas degradadas
- Cálculo de volume de silagem por área de milho
- Produção de fotos e imagens aéreas
- Pequenas pulverizações
- Análise do desenvolvimento das lavouras
- Contagem de animais
- Identificação de animais doentes (com febre)
- Contagem de árvores na atividade florestal

Metropolitana de Curitiba) que mostrou o uso de drones na agricultura”, avalia.

Ainda de acordo com Andrzejewski, o curso apresenta esta tecnologia aos participantes, focando critérios de segurança e aspectos legais do uso de drones. Como são aeronaves, seus voos devem ser comunicados ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo, órgão vinculado ao Ministério da Defesa. Além disso, as aeronaves utilizadas nos cursos devem ter cadastro junto aos órgãos oficiais responsáveis.

Curso

A capacitação tem 24 horas de duração divididas ao longo de três dias. De acordo com Andrzejewski, todos os participantes poderão pilotar o equipamento durante o curso. “São entre seis e oito alunos por turma e todos terão chance de operar o drone”, ressalta.

Segundo ele, a metodologia tem foco no produtor e pode direcionar os conteúdos para o uso destes drones em diferentes funções, conforme a necessidade. “Muitos vão usar para identificar áreas degradadas, outros poderão utilizar na pecuária, fazendo cálculo de rendimento de silagem por área. Isso tudo depende dos sensores que são acoplados nas aeronaves”, explica.

Um dos participantes da turma-piloto, realizada em 2018, foi o veterinário Matheus Pereira, que tem atividade de bovinocultura de corte no município da Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba. “Me interessei pela possibilidade de contar os animais. Também tem drones com sensores infravermelhos que ajudam a visualizar rapidamente algum que esteja com febre”, conta.

Outro possível uso do drone na sua atividade é o cálculo de quantidade de silagem por área de milho. “Também dá para adaptar o animal para ele a ser tocado pelo drone, até pela dificuldade mão de obra no campo”, aponta, referindo-se ao uso pouco comum das aeronaves para conduzir a boiada.

Porém, os recursos que realmente encheram os olhos do produtor foram os programas e equipamentos embarcados que realizam funções de georreferenciamento e foto 3D. “Nós produtores estamos diariamente em busca de mais tecnologia”, revela.

Interessados em fazer o curso “Trabalhador na Agricultura de Precisão: Operação de Drones” podem procurar o seu sindicato rural ou um dos escritórios regionais do SENAR-PR.



UMA ESTRADA INCA EM TERRITÓRIO PARANAENSE

Caminho do Peabiru, que cortava quatro países, foi largamente utilizado para a exploração do continente e a troca de mercadorias

Os primeiros portugueses, quando chegaram ao Brasil, ouviram dos índios histórias sobre um caminho que ligava o Oceano Atlântico a um lugar descrito como os Andes. Essa trilha ligava São Vicente, no litoral de São Paulo, até Cusco, no Peru. Existiam também outros ramais, partindo de Cananeia, também no Estado paulista, e São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Esse caminho atravessava os limites territoriais do Brasil até chegar ao Peru, ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, passando por matas, rios, pântanos e cataratas com

uma extensão de 3 mil quilômetros, aproximadamente.

Nos tempos longínquos, antes mesmo da colonização europeia, a trilha era utilizada pelos povos nativos que viviam no continente. A estrada primitiva bem ordenada era chamada de “Caminho do Peabiru”, que na língua tupi, “pea” significa caminho e “abiru” gramado amassado. O percurso possuía oito palmos de largura, ou seja, cerca de um metro e meio de largura e um rebaixamento de 40 centímetros, coberto por uma espécie de gramínea que não permitia que arbustos, ervas

daninhas e árvores crescessem em seu curso, e evitava também a erosão, pois ele era intensamente utilizado. O Caminho propiciava uma troca cultural e mercantil muito rica entre os povos. Além disso, atendia à necessidade desses povos em terem um caminho e uma forma de comunicação.

Exatamente pela sua extensão e pelas regiões que cortava, este antigo caminho indígena foi de imensa utilidade para colonizadores espanhóis e portugueses em suas empreitadas em busca de riquezas no interior do continente.



ROTA DE NEGÓCIOS

A importância do Peabiru está na facilitação da migração dos povos indígenas pelos diversos territórios do continente, além de possibilitar a troca de mercadorias. Já na época das explorações europeias, possibilitou o transporte das riquezas captadas pelos espanhóis no Peru, e a comunicação entre os diversos estabelecimentos espanhóis ao longo do caminho.

Ainda, entre os exploradores do caminho, as investigações do português Aleixo Garcia, que iniciou os primeiros contatos com os povos incas, além de seu pioneirismo na exploração do sul do Brasil. Mas o nome mais lembrado em relação a tal caminho é o do espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, responsável pela descoberta das Cataratas do Iguaçu e a exploração do rio Paraguai.



NO PARANÁ

O tronco principal deste caminho cruzava o estado do Paraná de Leste a Oeste, atingindo o Chaco paraguaio, seguindo pela Bolívia, em direção à Cordilheira dos Andes, chegando ao Sul do Peru, margeando o Oceano Pacífico.

Além do trecho principal, do Peru até o interior de São Paulo, o caminho do Peabiru contava com vários ramais, inclusive passando pela área de Campo Mourão, no Noroeste do Estado. Este ramal, referido como o de Campo Mourão, tinha início na cidade de Itu, interior de São Paulo, seguindo paralelo ao Rio Tietê até Botucatu, ao oeste; dali, seguia até o rio Paranapanema, atingindo o rio Ivaí, prosseguindo até o rio Mourão e atingindo enfim o município paranaense propriamente.

ATUALIDADE

Hoje apenas pequenos trechos do caminho estão preservados, na maioria formado por carreiros de 1,5 metro de largura, e um leito com rebaixo de cerca de 40 centímetros coberto com uma espécie de grama chamada puxa-tripa. Em alguns trechos mais difíceis, ele chega a ter pavimentação feitas com pedras. Inscrições rupestres, mapas e símbolos astronômicos também são encontrados pelas trilhas





Naldo Hiraki Vaz possui certificação internacional na erva-mate

Da cuia ao sorvete, erva-mate do Paraná ganha destaque internacional

Capacitações do SENAR-PR contribuíram para a qualificação dos produtores e desenvolvimento da cultura

Por Bruna Fioroni

No nível nacional, o Paraná ocupa o primeiro lugar na produção de erva-mate. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o Estado produziu cerca de 540 mil toneladas, 55,6% da produção brasileira. De acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), os municípios paranaenses que mais produziram erva-mate naquele ano foram Cruz Machado, (85 mil toneladas); São Mateus do Sul, (67 mil toneladas); Bituruna, (44 mil toneladas); e General Carneiro, (33,5 mil toneladas).

Nos próximos anos, a atividade deve ganhar um novo impulso com a Lei 13.791/19, que institui a Política Nacional da Erva-Mate, e incentiva a produção, a industrialização

e a comercialização do produto no Brasil, além da oferta de linhas de crédito e de financiamento e assistência técnica aos produtores.

Segundo o supervisor regional do SENAR-PR de Irati, na região Sudeste, Eduardo Mercado, a política da erva-mate irá criar meios para uma nova expectativa da cadeia produtiva, com profissionalização, qualidade, normas de segurança adequadas e, principalmente, o incentivo à melhor organização do setor. “Hoje o mercado está mais firme, com preços maiores. Com isso, evidentemente é uma cadeia que começa a ter maior valor econômico agregado e a ter exploração em outros tipos de aplicação, de acordo com as novas demandas da agroindústria”, explica.



Zeno Hetka é instrutor do SENAR-PR há 19 anos

Para Mercado, nos últimos anos, a cultura da erva-mate está chamando mais atenção e gerando mais rentabilidade. E o SENAR-PR tem um papel fundamental nesse processo. “Além dos cursos específicos para a erva-mate, a entidade tem capacitações mais abrangentes, como uso de foice e machado em cultivos florestais, trabalho em altura para o caso de ervais mais altos, operação de roçadeiras. Todos são cursos de apoio à atividade”, complementa.

Ânimo para os produtores

O incentivo governamental traz perspectivas positivas para os produtores de erva-mate no Paraná. O vice-presidente da Associação dos Amigos da Erva-Mate de São Mateus do Sul (IG-Mathe), Ronaldo Toppel Filho, aponta a necessidade de o setor ver a erva-mate como uma atividade econômica. “Ainda temos dificuldades de mão de obra e em algumas regulamentações. Deixando isso mais claro e aplicando o que está na lei, o trabalho vai ficar muito melhor”, observa.

Entre as diretrizes a serem seguidas, também estão o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, a desburocratização e a adequação das normas que regem os aspectos da cadeia produtiva e o estímulo às economias locais.

O produtor Zeno Alceu Hetka, de Fernandes Pinheiro, no Sul do Estado, possui o segundo maior viveiro de erva-mate do Paraná, com produção anual de 250 a 400 mil mudas. A vontade de se dedicar a cultura surgiu por causa do trabalho como instrutor do SENAR-PR, que exerce há 19 anos. “O SENAR-PR profissionalizou mais de 30 mil produtores na área da erva-mate. Isso deu um aumento na produtividade, melhorou a qualidade a nível de campo e nas exportações. As pessoas começaram a enxergar a erva-mate de outra forma”, conta.

As mudas produzidas no viveiro são a partir de matrizes de alta qualidade genética. Agora, o mateicultor planeja investir na clonagem de plantas para melhor atender o mercado consumidor.

Busca pelo diferencial

O produtor Naldo Hiraki Vaz, de Bituruna, também na região Sul, acredita que as parcerias com as entidades públicas serão fundamentais para o crescimento e estabilidade do setor. “Agora é a hora de elevar o produto a outro patamar. O Paraná entendeu esse mercado e a melhor matéria-prima é daqui. Então não podemos simplesmente vender algo de má qualidade”, explica.

A propriedade de Hiraki possui 26 hectares destinados à erva-mate. Da capacidade de produção, inteiramente orgânica, 80% ainda são mudas e 20% são folhas, atingindo a marca de mil toneladas por ano. Ele, ainda, é um dos quatro produtores brasileiros de erva-mate que possuem a certificação internacional do Forest Stewardship Council (FSC) - Conselho de Manejo Florestal, em português. O foco da produção está na qualidade, buscando sempre ser referência no mercado.

“O Paraná está numa fase muito boa na erva-mate, pelo diferencial que a gente tem, pelo crescimento da indústria. Os empresários estão olhando de forma diferente, então tem gente fazendo bebida, bebida alcoólica, sorvete. Não dá para ficar só no chimarrão. Se quiser sobreviver no mercado, tem que acompanhar, e a indústria viu isso”, ressalta Hiraki.

De acordo com Toppel, o grande desafio continua sendo tirar a erva-mate da cuia. “O setor está tentando se adaptar, estamos sempre buscando novas alternativas e novos mercados. Mas, para isso, é importante desenvolver mais essa área de pesquisa para atingir um público maior”, avalia.

Artista plástico dos EUA publica livro contando experiência no JAA

“The mural man” participou do programa do SENAR-PR em 2016 e pintou dois painéis



Phillip Martin e Muitos Amigos 2016

Mural 50 in Barbosa Ferraz

O programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), desenvolvido pelo SENAR-PR e voltado a adolescentes de 14 a 18 anos, ganhou destaque internacional. O artista plástico Phillip Martin, dos Estados Unidos, publicou um livro em que narra as experiências que viveu no Brasil, a partir de sua participação no JAA. Conhecido como “The mural man”, Martin pintou dois painéis em Barbosa Ferraz, na região Centro-Occidental do Paraná, em conjunto com alunos do programa.

Martin permaneceu no Brasil por uma temporada de 20 dias – de 14 de novembro a 4 de dezembro de 2016. A vin-

da dele ao país foi viabilizada pelos próprios participantes do JAA, que levantaram fundos para financiar a viagem do artista plástico norte-americano. A ideia do convite havia partido de Geremias Cilião de Araújo Junior, um dos instrutores do JAA, que conhecia a fama internacional de “The mural man” – que pintou 57 murais em 25 países.

“O Phillip Martin tem uma página na internet com mais de 34 milhões de acessos. Viaja pelo mundo, fazendo painéis com o que vê de mais característico nas comunidades. Em 2015, eu tinha feito contato pela internet, pois ele tinha esperança de vir pintar um mural no Brasil”, diz Araújo Junior.



Mural 51 at APAE in Barbosa Ferraz



Com um pincel adaptado na cabeça, Claudinei ajudou na pintura do mural



Aluna do JAA com Phillip Martin

Publicação

No livro “Brasil – 5.456 km”, Martin descreve sua passagem por cidades paranaenses como Campo Mourão, Marumbi e Mamborê. O artista plástico fala de todas suas experiências, desde a descoberta de iguarias, como feijoada, polenta e quierinha, ao contato com animais da fauna brasileira.

Mas o que dá um caráter pessoal à publicação é a forma como Martin narra o contato com os alunos do JAA e demais pessoas das comunidades. Ele descreve detalhes sobre a produção dos dois murais pintados em Barbosa Ferraz – um na Escola Municipal José Arno Turke e outro na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) da cidade.

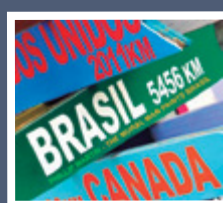
“Eu encontro pessoas maravilhosas ao redor do mundo, onde eu pinto meus murais comunitários. Mas eu não estava preparado para o calor humano do brasileiro. Pintar com a comunidade do JAA foi o mesmo que ser adotado por uma família muito grande e calorosa, de centenas de pessoas. Os próprios alunos levantaram dinheiro para eu ir ao Brasil. Então, eles me receberam com muitos braços abertos e abraços”, diz Martin, em entrevista exclusiva concedida por e-mail ao Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Uma das histórias que “The mural man” conta no livro ocorreu na Apae. Enquanto participantes do JAA coloriam o painel, Claudinei, um aluno com paralisia cerebral, começou

a gesticular, como se quisesse participar do trabalho. Martin afixou um pincel na cabeça do rapaz, para que ele pudesse ajudar a pintar o mural.

“Eu fiquei tão emocionado, que não pude aguentar e chorei. Eu não poderia imaginar os desafios deste homem, mas nós nos conectamos a partir do mural. Todo mundo chorou. No final, o Geremias disse que eu poderia ter nascido nos Estados Unidos, mas tinha o coração de um brasileiro”, relata Martin.

O artista plástico disse que quer muito voltar ao Brasil, desta vez para ficar por mais tempo. O instrutor do JAA também já planeja trazê-lo de volta, para trabalhar novamente no programa e bater um recorde. “Nós queremos que ele pinte o maior painel que ele já pintou na carreira”, ressalta Araújo Junior.



Capa do livro Brasil 5456 km

O livro pode ser encontrado na internet, a partir do endereço:

<http://www.blurb.com/books/9131637-brasil-5456-km>

Credores aprovam plano de recuperação judicial da Seara

Empresa Seara Agroindustrial, de Sertanópolis, deve começar a pagar dívidas trabalhistas, instituições financeiras e produtores rurais nos próximos meses



Mais de um ano e meio de espera após a abertura de um processo de recuperação judicial, os credores, incluindo produtores rurais, da Seara Agroindustrial, empresa com sede em Sertanópolis, no Norte do Paraná, devem começar a receber nos próximos meses o dinheiro devido pela empresa. A informação consta em um plano aprovado pelos próprios credores, em assembleia geral realizada em Londrina, no dia 5 de fevereiro. Chamado de Plano de Recuperação Judicial (PRJ), o documento prevê a ordem na qual os credores irão

receber e a origem dos recursos. A dívida total da Seara é calculada em cerca de R\$ 2,7 bilhões.

As empresas em recuperação judicial, há uma ordem de pagamento, em que apenas é possível quitar uma categoria após concluir a outra. Essa regra, prevista pela Lei 11.101 de 2005, há quatro classes distintas de credores. Pela ordem: dívidas trabalhistas, com funcionários ou ex-funcionários; com garantia real, vinculada a bancos e instituições financeiras; quirografários, sem preferência ou privilégio especial – onde, no caso da Se-

ara, estão os produtores; e microempresas e empresas de pequeno porte.

O plano aprovado prevê que a Seara deve R\$ 3,6 milhões aos trabalhadores (720 no total), que devem ser pagos com recursos do próprio caixa da empresa. Em segundo, os credores com garantia real (dívida de R\$ 1,2 bilhão) vão poder trocar a dívida atual por unidades produtivas isoladas da empresa que não estão em recuperação, especificamente terminais ferroviários em Maringá, Paranaguá e Londrina, no Paraná, e Itiquira, no Mato Grosso.

Produtores rurais

Isso libera o terceiro nível, onde estão os produtores rurais, que totalizam em torno de 1,1 mil pessoas. Esses devem receber depois de a empresa fazer um empréstimo de R\$ 77 milhões. Caso esse empréstimo não seja possível, a empresa destinou R\$ 83 milhões de ativos à venda para poder honrar as dívidas.

Também no terceiro nível, mas com valores maiores a receber (perto de R\$ 1,4 bilhão), estão cerealistas e transportadoras. Esse grupo tem uma situação específica no plano, cuja denominação é de credor fomentador, que podem cobrar 5% do valor de cada nova operação à Seara para abater da dívida. A cada R\$ 100, portanto, a empresa pode cobrar R\$ 105 e ir abatendo esses R\$ 5 de diferença da dívida. Estas organizações podem receber até 100% do limite do crédito com essa disposição. As disposições para a quarta classe seguem parâmetros nessa mesma direção.

Cidades com mais produtores rurais afetados pela falta de pagamento

Abatiá, Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Londrina, Nova América da Colina, Primeiro de Maio, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sertãoópolis e Ventania.



Espera de produtores continua

A expectativa é que nos próximos meses, com a homologação do plano de pagamentos, as dívidas comecem a ser pagas. Anselmo José Bernardelli, presidente do Sindicato Rural de Santa Mariana, na região Norte do Estado, acompanhou de perto as assembleias com os agropecuaristas. Segundo ele, o clima na região é de apreensão.

“Os produtores que tinham financiamento em bancos renegociaram dívidas, mas as parcelas começaram a vencer. Em fevereiro, vence a segunda e os produtores estão sem dinheiro para pagar. Muitos ficaram doentes. Famílias inteiras se desestruturaram porque comprometeram a vida de todos. De uma hora para a outra, os produtores ficaram sem crédito, sem capacidade de pagamento e sem dinheiro para novos plantios. Alguns recorreram a outros empréstimos e as-

sumiram mais dívidas. A esperança de todos os produtores é de receber ao fim deste prazo de 60 dias úteis”, relata Bernardelli.

Bruno Pirog Stasiak, advogado da A. Santos Advogados, que representa a Seara Agroindustrial, detalha que o plano tem potencial de atender todos os credores. “Mas sabemos que 100% não serão atendidos. Temos relações comerciais que foram quebradas. O prazo de pagamento para quem não anuir nenhum tipo dessas formas vai ser dois anos de carência, pagamento do crédito com 75% de desconto em 18 parcelas anuais”, descreve. “Tentamos colocar uma forma ampla e geral para que todos sejam atendidos e o maior número de credores possível possa receber. Na assembleia, 91% dos presentes aprovaram – em termos de valor total a representatividade foi 70%. De 2.073 credores listados, quase 1,9 mil estão abrangidos nessas disposições”, completa o advogado.

Capacitação impulsiona qualidade do leite

Após frequentar cursos do SENAR-PR, produtor focou na qualidade e já foi premiado



O produtor Silvio Garcia e o filho na propriedade da família, em Joaquim Távora

A mudança foi imediata. Assim que, em 2017, concluiu o curso “Manejo de Gado de Leite” oferecido pelo SENAR-PR, o produtor Silvio Garcia passou a implantar as técnicas e práticas abordadas ao longo da capacitação em sua propriedade. A nova visão fez com que ele contemplasse a atividade de uma forma diferente. O pecuarista passou a apostar em qualidade e, um ano e meio depois, já seria reconhecido pelo leite que produz. Ele esteve entre os produtores do Norte Pioneiro premiados pela cooperativa Capal, sediada em Arapoti.

“[O curso] deu outra visão, em relação a toda a atividade, as instalações, ao rebanho. Depois, muitas coisas mudaram na propriedade e isso teve um reflexo na qualidade e um impacto econômico muito bom”, diz Garcia, de 55 anos, dono de uma propriedade em Joaquim Távora.

Garcia vem de uma família que já se dedicava à pecuária leiteira. Após se afastar da atividade por um período, ele decidiu retomar a produção em 2011. Recomeçou com 11 cabeças e comercializava o leite com base na quantidade produzida. Nos anos seguintes, surgiu a possibilidade de

passar a vender o produto pela qualidade a um laticínio que passaria a captar na região. Mas faltava qualificação para deflagrar o gatilho da mudança do processo.

“Eu sempre quis fazer o curso de manejo do SENAR-PR. Mas como éramos apenas eu e um funcionário, ficava difícil sair da propriedade. Aí, meu filho, que estava estudando fora, voltou a Joaquim Távora e passou a ajudar. Isso abriu possibilidade de eu fazer o curso”, conta.

O pecuarista frequentou a capacitação no Centro de Treinamento de Pecuaristas (CTP) de Castro, nos Campos Gerais. Ao longo de cinco dias, teve acesso a técnicas de manejo de todas as etapas da produção leiteira, na teoria e na prática. Assim que o curso terminou, Garcia não teve dúvidas: inscreveu o filho para a próxima turma.

“As mudanças começaram já no dia seguinte. Nós mudamos alguns processos de higiene e de limpeza nos tetos da vaca antes da ordenha. Isso teve um impacto na contagem bacteriana total [a CBT, um dos indicadores da qualidade do leite]”, ressalta o pecuarista.

Hoje, o rebanho de Garcia conta com 75 cabeças (entre animais secos e em lactação), que tem uma produtividade média de 22 litros/dia por animal. O avanço na produção pode ser medido pela melhoria expressiva dos principais indicadores que medem a qualidade do leite. Antes dos cursos, o produto apresentava contagem bacteriana entre 11 a 15 por mil UFC. Hoje, o índice gira em torno de 3 a 5 por mil UFC.

Ainda assim, Garcia não parou por aí. Logo em seguida, se inscreveu no curso de “Inseminação Artificial na Bovinocultura de Leite”, também do SENAR-PR. O produtor já

tinha um botijão em que armazenava sêmen, mas precisava pagar um especialista para inseminar as vacas. “Depois do treinamento, eu mesmo comecei a fazer este serviço e reduzi o custo de produção”, observa.

Olhando em retrospecto, Garcia tem a percepção que seu negócio deu um salto graças à capacitação. Hoje, ele percebe que fez um ótimo negócio ao apostar na qualidade da produção. “A qualidade não é um bicho-de-sete-cabeças. Não está ligada a equipamentos de primeira linha, a animais de alta linhagem. Está ligada a manejo, higiene e equipamentos que o produtor já tem disponíveis. Por isso a capacitação é tão importante”, avalia.

Prêmio

Silvio Garcia está entre os nove produtores do Norte Pioneiro certificados pela Capal por terem apresentado melhor qualidade do leite. O produto foi avaliado a partir de índices, como Contagem de Células Somáticas (CCS) – que indica a sanidade do rebanho – e Contagem Bacteriana Total (CBT) – cujos resultados estão associados a boas práticas de manejo e higiene. Os participantes fazem parte do grupo de pecuaristas que integram o convênio da cooperativa com o laticínio Jussara, que tem uma unidade de recebimento em Santo Antônio da Platina.



Após terem frequentado cursos do SENAR-PR, Silvio e o filho implantaram técnicas que otimizaram a produção e a produtividade do rebanho

Receita para contribuir corretamente

Cálculo para o recolhimento da contribuição do SENAR-PR deve tomar por base o faturamento e não a folha de pagamento

A Receita Federal publicou, no dia 13 de fevereiro, a Retificação da Instrução Normativa 1867/2019, orientando os contribuintes em relação ao recolhimento da contribuição do SENAR-PR. Porém, até que a medida chegue ao produtor rural, o Sistema FAEP/SENAR-PR se adianta para apresentar como esta mudança irá impactar a vida no campo e como proceder.

Em linhas gerais, a medida estabelece que o cálculo para o recolhimento da contribuição ao SENAR deve ser feito sobre o faturamento, e não sobre a folha de pagamento. Esta distinção é necessária uma vez que muitos contribuintes acreditam que o cálculo para a contribuição deve ter como base a folha de pagamento.

De acordo com a Retificação da Instrução Normativa, independentemente da opção de recolhimento do INSS e RAT – sobre a folha de salários ou sobre o faturamento – a contribuição ao SENAR deve ser recolhida sempre sobre o faturamento. Ou seja, o recolhimento deve ocorrer sobre a receita bruta da comercialização da produção rural e, mantendo assim, a obrigatoriedade da retenção e o recolhimento quando da comercialização para adquirente pessoa jurídica.

Dessa forma, a contribuição destinada ao SENAR pelos produtores rurais pessoas físicas será feita por meio da Guia da Previdência Social (GPS) avulsa. Para preencher o contribuinte deve utilizar os códigos exclusivos ao SENAR:

Código 2712: Essa GPS deverá ser utilizada nos casos em que o produtor for o responsável pelo próprio recolhimento (vendas para outro produtor rural pessoa física, segurado especial, consumidor pessoa física no varejo, destinatário incerto, não comprovar formalmente o destino do produto ou exportar diretamente);

Código 2615: Esse código deverá ser utilizado pelas empresas adquirentes de produtores rurais pessoas físicas.

Pessoa Jurídica

No caso de produtor pessoa jurídica, a contribuição ao SENAR continua vinculada à incidência da contribuição previdenciária. Desta forma os produtores rurais pessoas jurídicas que optarem pelo recolhimento da cota patronal sobre a folha de salários também contribuirão ao SENAR sobre a folha de salários, que poderá ser alterado futuramente.

Atenção

Não haverá declaração em GFIP referente a comercialização da produção rural. Porém, continua a obrigação de informações relativas aos trabalhadores. O produtor que optar por recolher a cota patronal sobre a folha de pagamento deverá observar o Código de FPAS 787 e Código de Terceiros 0003, com contribuição ao Incra e Salário Educação. Ainda, o produtor que não fizer a opção de recolhimento sobre a folha de pagamento continua prestando as informações da forma anterior, em GFIP com FPAS 604.

Confira como é o recolhimento da contribuição ao SENAR pelo produtor pessoa física e adquirentes da produção rural:

- Adquirentes de produção rural

A empresa adquirente, inclusive agroindustrial, consumidora, consignatária ou cooperativa, na condição de sub-rogada nas obrigações do produtor rural pessoa física.

O adquirente deverá emitir a GPS manual, código 2615, com o valor devido ao SENAR, pelo portal da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br). Não haverá declaração em GFIP.

- Produtor rural pessoa física

O produtor rural pessoa física empregador, que optou pelo recolhimento do INSS e RAT sobre a folha de salários, deverá emitir a GPS manual, código 2712, com o valor devido ao SENAR, também no portal da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br). Não haverá declaração em GFIP.

Delegação de produtores suíços na FAEP

Uma comitiva composta por 22 produtores da Suíça fez uma visita técnica à sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, no dia 11 de fevereiro. O objetivo do grupo era, a partir do encontro, ter uma visão geral da agropecuária paranaense – principalmente nas atividades em que o Estado tem posição de destaque – e do sistema de representatividade do setor. Além disso, os produtores suíços também conheceram o sistema de capacitação contínua desenvolvido pelo SENAR-PR. Ao longo da visita, técnicos da entidade apresentaram dados macroeconômicos do Paraná e trouxeram uma série de informações técnicas e econômicas das culturas do agronegócio estadual.



Parcelamento de débitos de ICMS e multas

Os produtores rurais que tenham débitos de ICMS e débitos de natureza não tributária (multas do IAP e ADAPAR, por exemplo) poderão obter descontos e/ou parcelar suas dívidas com o Estado. Quem tiver débitos de ICMS em relação a fatos geradores ocorridos até 31/12/2017 pode parcelar a dívida em até 180 prestações. Já em relação aos débitos de natureza não tributária inscritos em dívida ativa até 31/12/2017 podem ser parcelados em até 120 vezes. Os interessados em usufruir dos descontos e/ou parcelamento deverão procurar a Secretaria da Fazenda – Receita Estadual por meio do site www.fazenda.pr.gov.br a partir do dia 20 de fevereiro, fazendo a indicação de todos os débitos que pretende parcelar.

Dirigente da Appa visita Federação

O novo presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Fernando Garcia da Silva, esteve na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, no dia 12 de fevereiro, onde foi recebido pelo presidente da entidade, Ágide Meneguette. A visita de cortesia foi acompanhada pelo consultor da FAEP e presidente do Conselho de Administração da Appa, Nilson Hanke Camargo, e pelo assessor da presidência da entidade, Carlos Augusto Albuquerque. Garcia da Silva é técnico da área portuária, já tendo atuado anteriormente na Appa. Em sua trajetória profissional também trabalhou na secretaria especial de portos e como assessor do ministro dos Transportes. Antes de assumir o comando da Appa, ele esteve na função de interventor do Porto de Santos (SP), maior terminal portuário do país.



Nilson Camargo, Luiz Fernando Garcia, Ágide Meneguette e Carlos Albuquerque

Relatório do Usda não impacta nos preços no Brasil

Departamento norte-americano confirmou a redução das safras de soja nacional, na Argentina, no Paraguai e no próprio Estados Unidos

O tão aguardado relatório de oferta e demanda mundial do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) acabou não tendo grande efeito sobre as cotações da soja após sua divulgação no dia 8 de fevereiro. O mercado já esperava os números divulgados, portanto, não houve novidade que impulsionasse os preços positivamente.



Por Ana Paula Kowalski
técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR

MUNDO | QUADRO DE OFERTA E DEMANDA

Em milhões de toneladas



	Estoque inicial	Produção	Importações	Consumo Doméstico	Exportações	Estoque Final
Soja	98,09	360,99	151,42	349,44	154,36	106,72
Milho	340,81	1.099,61	159,71	1.130,64	167,36	309,78
Trigo	280,02	734,75	176,24	747,23	178,67	267,53

BRASIL | QUADRO DE OFERTA E DEMANDA

Em milhões de toneladas



	Estoque inicial	Produção	Importações	Consumo Doméstico	Exportações	Estoque Final
Soja	31,53	117,00	0,25	45,05	79,50	24,23
Milho	8,02	94,50	1,00	66,50	29,00	8,02
Trigo	1,31	5,43	7,50	12,10	0,50	1,64

Fonte: Usda – fevereiro/2019. Elaboração: DTE | FAEP

Soja

A menor produção no hemisfério Sul (Brasil, Paraguai e Argentina) efetivamente se confirmou e também foi reduzida a estimativa de safra dos Estados Unidos. Do lado dos grandes importadores, as mudanças mais significativas foram para a China. A estimativa de importação do país foi reduzida de 90 para 88 milhões de toneladas e o consumo doméstico diminuído de 109,6 para 106,1 milhões de tone-

ladas. Com isso, o estoque final acabou sendo elevado em 7%, para 21,22 milhões de toneladas.

Para o Brasil, a quebra de produção em relação à estimativa anterior foi de 4%. Então por que a Bolsa de Chicago não respondeu com alta? Porque, os estoques finais da safra 2018/19 foram elevados em 13%, decorrente da revisão para cima do estoque inicial e redução de 2% da estimativa de exportação.

Para a Argentina, a produção foi reduzida em 1%, o que

não se deve à quebra propriamente dita, mas a desistência de plantio devido ao excesso de chuvas. Ao contrário do Brasil, o estoque inicial da safra e, consequentemente, o estoque final reduziu em 28%. As exportações foram elevadas em 26%, uma vez que a Argentina também teve in-

de toneladas e estoque final de 6,47 milhões de toneladas, 20% maior que o previsto anteriormente.

Os Estados Unidos, 2º maior exportador, mantiveram a estimativa de produção em 51,29 milhões de toneladas e de exportações de 27,22 milhões de toneladas. Porém,

 BRASIL						<i>Em milhões de toneladas</i>
	Estoque inicial	Produção	Importações	Consumo Doméstico	Exportações	Estoque Final
Era	25,15	122	0,20	45,00	81,0	21,35
Ficou	31,53	117	0,25	45,05	79,5	24,23

 ARGENTINA						<i>Em milhões de toneladas</i>
Era	34,52	55,5	4,20	47,92	5,0	41,30
Ficou	24,90	55,0	5,35	49,40	6,3	29,55

 PARAGUAI						<i>Em milhões de toneladas</i>
Era	0,18	9,8	0,01	3,98	5,8	0,21
Ficou	0,28	9,5	0,01	3,98	5,6	0,21

cremento de seus embarques para a China.

No Paraguai, a perda em relação à estimativa anterior de produção foi fixada em 3%, que corresponde ao mesmo percentual de redução das exportações do país.

Trigo

Para o trigo, a oferta e demanda mundial não sofreram grandes alterações. Os números foram revistos, mas sem mudanças percentuais significativas. A produção foi projetada em 734,75 milhões de toneladas, com pequeno aumento de 1,34 milhões de toneladas. Em contrapartida, o consumo doméstico dos países foi elevado para 747,23 milhões de toneladas e as exportações para 178,67 milhões de toneladas.

Para a safra brasileira, o Usda elevou em 13% a estimativa de produção para 5,43 milhões de toneladas (anteriormente era de 4,80 milhões de toneladas). As exportações também foram ampliadas em 67% de 300 mil toneladas para 500 mil toneladas. O estoque final da safra está projetado em 1,64 milhões de toneladas.

A Argentina, nosso maior fornecedor de trigo, teve a estimativa de produção reduzida em 2%, para 19,2 milhões de toneladas. As exportações tiveram um corte de 1% e, agora, projetadas em 14 milhões de toneladas. O estoque final foi fixado em 500 mil toneladas, 47% inferior ao da safra passada.

A Rússia, maior exportador mundial, teve sua produção elevada para 71,6 milhões de toneladas em relação à estimativa anterior (+2%), com exportação de 37 milhões

uma perspectiva de consumo interno 3% menor, acarretou aumento do estoque final para 27,5 milhões de toneladas frente aos 26,52 milhões de toneladas estimados anteriormente.

Milho

Para o milho, tão pouco houve alterações significativas de dezembro para este relatório. A produção mundial foi corrigida para baixo em 300 mil toneladas, e agora está estimada em 1,099 bilhões de toneladas.

As exportações mundiais foram elevadas em 1%, para 167,36 milhões de toneladas, resultado direto de um incremento das exportações da Argentina de 28 para 29 milhões de toneladas. Ainda assim, o estoque final da safra de milho argentina teve um aumento de 58% para 7,08 milhões de toneladas, uma vez que foram revistos para cima o estoque inicial e a produção, que passou de 42,5 milhões de toneladas para 46 milhões de toneladas.

Para o Brasil, a produção da safra 2018/19 permaneceu inalterada em 94,5 milhões de toneladas, bem como as exportações em 29 milhões de toneladas e o consumo interno em 66,5 milhões de toneladas. Por outro lado, foi reduzido em 1 milhão de toneladas o estoque de passagem da safra 2017/18, resultando em igual redução do estoque final da safra 2018/19 para 8,02 milhões de toneladas.

Para os Estados Unidos, maior produtor e exportador mundial, a produção da safra foi reduzida em 5,23 milhões de toneladas, passando para 366,29 milhões de toneladas em relação à estimativa anterior.



CIANORTE

APICULTURA

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, entre os dias 8 e 11 de outubro de 2018, o curso "Trabalhador na Apicultura - apicultura I". O instrutor Claudio Manoel Livramento capacitou 15 pessoas.



SAPOPEMA

BÁSICO EM MILHO

Um grupo de 11 alunos participou do curso "Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de cereais - básico em milho", nos dias 10 e 11 de outubro do ano passado. A capacitação coordenada pelo instrutor Frederico Leonneo Mahnic foi organizada pelo Sindicato Rural de Sapopema.



IBIPORÃ

GESTÃO OPERACIONAL

O CTA Ibiporã e a Usina Santa Teresinha promoveram o curso "Gestão Operacional - Cana - diagnóstico de falhas em motores diesel", entre os dias 15 e 19 de outubro de 2018. O instrutor Marcio Vessoni Domingues treinou 13 pessoas.



NOVA LONDRINA

PANIFICAÇÃO

Nos dias 18 e 19 de outubro de 2018, 14 alunos participaram do curso "Produção Artesanal de Alimentos - panificação", com a instrutora Silvia Lucia Neves. A promoção foi do Sindicato de Rural de Nova Londrina.



RIBEIRÃO DO PINHAL

PRODUÇÃO ARTESANAL

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal promoveu o curso "Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos", nos dias 18 e 19 de outubro no ano passado. A instrutora Celeste de Oliveira Mello treinou 12 pessoas.



MUNHOZ DE MELLO

TRABALHADOR NA EQUIDECULTURA

Entre os dias 22 e 26 de outubro em 2018, oito alunos participaram do curso "Trabalhador na Equideocultura – rédeas", promovido pelo Sindicato Rural de Astorga, a Prefeitura Municipal de Munhoz de Mello e a Secretaria Municipal de Assistência Social. As aulas foram ministradas pelos instrutor Rodrigo Augusto Bittencourt Pereira.



SÃO MATEUS DO SUL

TRATORES AGRÍCOLAS

Um grupo de nove produtores rurais participou do curso "Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - Norma Regulamentadora 31.12", promoção do Sindicato Rural de São Mateus do Sul. As aulas com a instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski ocorreram entre os dias 22 e 26 de outubro de 2018.



CAMPINA DA LAGOA

COLHEDORA AXIAL

O instrutor Xisto Roque Pazian Netto capacitou dez alunos ao longo do curso "Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizas - colhedora axial - Norma Regulamentadora 31.12". As aulas ocorreram entre 22 e 26 de outubro no ano passado. O curso foi organizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa.

VIA RÁPIDA

Meteoros sob encomenda

A empresa japonesa Astro Live Experience desenvolveu uma nova tecnologia capaz de criar chuva de meteoros quando e onde quiserem. O mecanismo funciona por meio de um satélite carregado com 400 bolas metálicas de até 1 centímetro. O espetáculo pode ser assistido por milhares de pessoas. E o melhor, os detritos não causam impacto no meio ambiente porque se desintegram por completo quando entram em contato com a atmosfera.



Disco de Festo

Um dos achados arqueológicos mais intrigantes até hoje é um artefato encontrado no Palácio de Festo, na ilha de Creta, na Grécia. Trata-se de um disco de argila com uma escrita enigmática. Apesar da descoberta ter ocorrido em 1908, pelo arqueólogo

Luigi Pernier, ainda não foi decifrada. Há quem acredite que o próprio estudioso o fabricou para ganhar fama, mas não há confirmações sobre isso e nem sobre a idade do objeto. O Disco de Festo está exposto no Museu Arqueológico de Heraclião, na Grécia.



Na casa do Senhor

Um cara muito bravo fica sabendo, por meio de seu amigo, que sua esposa anda traindo, mas não quer acreditar de jeito nenhum.

- Vá agora mesmo para sua casa e você vai pegar ela com outro, diz o amigo.

O cara sai desconfiado. Quando está quase chegando em casa, vê um rapaz saindo da igreja, que fica ao lado de sua casa. Então pensou “esse deve ser o malandro” e perguntou bravo:

- De onde você está vindo?

O rapaz, religioso que era, disse:

- Eu venho da casa do Senhor!

Imagine o que aconteceu...



Surdez seletiva

Uma certa manhã, uma chinesa acordou sem poder ouvir a voz do marido. Levada ao hospital, ela só conseguia ouvir as vozes das mulheres no recinto. A médica que a atendeu achou o caso curioso. O diagnóstico logo veio: perda auditiva de inclinação investida, causada geralmente por estresse. Os casos são reversíveis em sua maioria, como o de Chen.



Anestesia

Hoje é impossível imaginar qualquer procedimento cirúrgico sem a utilização de um anestésico que impeça o sofrimento de qualquer paciente. Mas isso não foi sempre assim. Na antiguidade, os “médicos” utilizavam extratos de plantas com substâncias sedativas, como a mandrágora, ópio e folha de coca. Seu efeito era mais sedativo do que anestésico. Só em 1842 que o éter foi utilizado e, em 1847, o clorofórmio, ambos inaláveis.



É azedo, mas é bom!

São inúmeros os benefícios do limão. O azedo da fruta ocorre pelo fato de 6% de sua composição ser de ácido cítrico. Em compensação, o limão é rico em vitamina C, complexo B, ferro, magnésio, fósforo, potássio, zinco e por aí vai. Além disso, ele é um aliado na perda de peso e combate ao envelhecimento precoce das células, porque contém antioxidantes que eliminam os radicais livres do corpo.



Osso enterrado

Cães têm tendências a enterrar comida e objetos devido a sua ancestralidade com os lobos selvagens, que fazem isso para armazenarem alimento para períodos de escassez. Embora não haja mais necessidade, alguns cães continuam enterrando alimento devido a sua memória genética, que, segundo biólogos, é difícil de desaparecer.



La-Ville Lumière

Paris, capital da França, é conhecida e admirada pelo mundo como “Cidade Luz”. Quem tem o privilégio de passear a noite já constatou isso, pois há luzes em todos os monumentos, construções e ruas. Mas o apelido carinhoso não se deve a isto. Mas ao fato de Paris ter sido a cidade onde nasceu o Iluminismo, movimento intelectual do século 19 em que afloraram diversos estudiosos muito importantes e novas tecnologias que são referência até hoje. Desde então, Paris se tornou referência na educação e desenvolvimento tecnológico. A partir daí é chamada de La-Ville Lumière, ou Cidade Luz.



UMA SIMPLES FOTO





RECEBA AS NOTÍCIAS DO AGRO DO PARANÁ E DO SISTEMA FAEP/SENAR-PR NO WHATSAPP

Salve o número (41) 98815.0416 e mande
uma mensagem com seu nome, cidade
e atividade agropecuária

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não Procurado |
| ☐ Endereço Insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____

Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

